
A experiência do trabalho coletivo e as transformações territoriais no assentamento São Manoel, em Anastácio/MS*

Tânia Paula da Silva**
Rosemeire Ap. de Almeida***

Resumo

Após conquistarem a posse da terra, os assentados têm duas opções: a primeira é a exploração individual da terra, em que a área é subdividida em parcelas e distribuída igualmente entre eles; a segunda é a exploração coletiva, em que não há individualização da área e nem do trabalho. Nesta última forma de exploração da terra, os resultados financeiros são distribuídos entre os membros da Associação ou Cooperativa, constituídas pelos próprios assentados. Dessa forma, as famílias do Assentamento São Manoel, em Anastácio/MS, escolheram, desde a formação do assentamento, em 1983, a forma coletiva de exploração de seus lotes, bem como a comercialização coletiva da produção. Como consequência dessa tomada de decisão passaram a compor a Cooperativa de Produção Agropecuária Canudos Ltda. Assim, o presente artigo é resultado de um estudo de caso sobre o trabalho coletivo nos assentamentos rurais para entender os desafios e as perspectivas que essa forma coletiva de organização e comercialização da produção vêm proporcionando para as famílias assentadas, posto que, a princípio, essas famílias, que fazem parte do MST, têm como proposta uma nova concepção de economia baseada na solidariedade e no espírito cooperativo.

PALAVRAS-CHAVE: Assentamento; Trabalho Coletivo; Transformações Territoriais

THE EXPERIENCE OF THE COLLECTIVE WORK AND THE TERRITORIAL TRANSFORMATIONS IN THE ESTABLISHMENT SÃO MANOEL, IN ANASTÁCIO/MS

Abstract

After they conquer the ownership of the earth, seated them they wave two options: the first is the individual exploration of the earth, in that the area is subdivided in portions and distributed equally among them; and Monday is the collective exploration, in that there is not individualize of the area and nor of the work. In this last form of exploration of the earth, the results financiers are distributed between the members of the association or cooperative, constituted by the awn ones seated. In that way, the families of the establishment São Manoel, in Anastácio/MS, chose from the formation of the establishment, in 1983, the collective form of exploration of its lots, as well as the collective commercialization of the production. As a consequence of that talking of decision they started to compose COPAC – Cooperative of Production Agricultural Canudos Ltda. Thus, the present article is resulted of a study of in case on the collective form of organization and commercialization of the production come providing for the seated families. Puts that, at first, those families, that are part of MST, have as proposal a new conception of set economy in the solidarity and in the cooperative spirit.

Words–Key: Establishment, Collective Work, Territorial Transformations.

* O presente trabalho está inserido na Monografia “A Organização do trabalho Coletivo e as Transformações Territoriais no Assentamento São Manoel, em Anastácio – MS, 2000”.

** Mestranda na UNESP/P. Prudente e bolsista CNPq. E-mail: tanggela@bol.com.br

*** Profª. Assistente do Departamento de Ciências Humanas da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul – Campus de Três Lagoas. E-mail: raalm@ceul.ufms.br

INTRODUÇÃO

O Estado de Mato Grosso do Sul, criado pela Lei Complementar nº. 31, de 11 de outubro de 1977, instalado a 1º de janeiro de 1979, abrange uma extensão territorial de 350.549 Km². O processo de ocupação de suas terras foi iniciado no período colonial, todavia foi somente a partir da década de 1920 que os imensos vazios demográficos passaram a ser ocupados. Atualmente, segundo o Censo Demográfico de 2000 (IBGE, 2000), o estado possui uma população de 2.075.275 habitantes, sendo que deste total 84,1% representa a população urbana e 15,9% a população rural.

Mato Grosso do Sul caracteriza-se, do ponto de vista fundiário, como um estado que apresenta alto índice de concentração de terras. Esta concentração fundiária é conseqüência de dois processos contraditórios, porém integrados: predomínio do latifúndio improdutivo e, por outro lado, mecanização e modernização do campo, com estímulos voltados à monocultura de exportação, em detrimento da produção de alimentos básicos para consumo interno. Por conseguinte, na ponta ambos os processos geraram os mesmos resultados, ou seja, muitos trabalhadores expulsos do processo de produção. Destarte, verificamos que o êxodo rural se agrava ao mesmo tempo em que se dá a fase mais intensa tanto da concentração fundiária como da “modernização”.

Esta situação de inexistência de uma política que permita o acesso à pequena propriedade no estado vai conviver, a partir de abril de 1985, com o aumento do número de trabalhadores que passaram a reivindicar terras no Mato Grosso do Sul, envolvendo aí arrendatários, posseiros, trabalhadores assalariados etc., provocando a formação de acampamentos. Ao mesmo tempo, começa a haver o retorno de inúmeras famílias de brasileiros que ocupavam terras no Paraguai, os denominados “brasiguaios”, reivindicando assentamento no solo sul-mato-grossense. Conseqüentemente, as lutas avolumaram-se, surgindo várias ocupações de latifúndios por trabalhadores, forçando o Governo a intervir na reordenação de terras no estado para tentar reduzir as tensões sociais.

Neste período, na década de 1980, em decorrência desta situação, implementa-se o Plano

Regional de Reforma Agrária do Mato Grosso do Sul (PRRA/MS), seguindo diretrizes do Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), com o objetivo de solucionar os problemas e conflitos agrários existentes através do acesso a terra, ao crédito e à assistência técnica. Embora tenha cumprido apenas 10% das metas iniciais o PRRA/MS acabou criando novas unidades produtivas, promovendo uma melhor distribuição de terra, mediante modificações no regime de posse e uso.

O Plano Nacional de Reforma Agrária de 1985 previa incorporar o processo produtivo através da agricultura no Mato Grosso do Sul, 160 mil hectares, beneficiando 4.400 famílias apenas em 1986 e mais 1.600 famílias em 1987, somando nos dois primeiros anos de execução do Plano 6.000 famílias no Estado. Em novembro de 1987 os dados do relatório da CPT/MS, totalizavam 73.561 hectares, 3.561 famílias. Ao completar o Plano Regional no período de 1985 a 1989 o relatório foi mais decepcionante. Do total previsto de 1.480.000 hectares, atingiram apenas 119.473 hectares desapropriados, estabeleceram atender 41.200 famílias e atenderam apenas 4.130 famílias, deixando 85.825 famílias cadastradas, esperando a Reforma Agrária (BATISTA, 1995, p. 40).

Atualmente, segundo Almeida *et al* (1999), o Estado do Mato Grosso do Sul contava, em 1999, com 80 assentamentos implantados, localizados em diversos pontos do Estado, numa área total correspondente a 357.342,68 hectares, com cerca de 12.760 famílias assentadas. É interessante destacar que, no Estado de Mato Grosso do Sul, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) não é o único movimento social que luta pela implantação de assentamentos, pois temos também movimentos ligados à CUT (Central Única dos Trabalhadores), a FETAGRI (Federação dos Trabalhadores na Agricultura) e a CPT (Comissão Pastoral da Terra).

O Município de Anastácio, local de nossa pesquisa, encontra-se a sudeste de Mato Grosso do Sul, onde faz limites ao norte com o Município de Aquidauana, ao sul com Nioaque e Maracajú, ao leste com Dois Irmãos do Buriti e a oeste com Miranda e Bonito.

No Município de Anastácio os problemas fundiários sempre estiveram voltados para a Fazenda São Manoel, de propriedade da Rede Ferroviária Federal (R. F. F. S/A), cuja exploração estava baseada unicamente na extração de madeiras para a confecção de dormentes para as linhas férreas, com os seus solos sem exploração alguma, resultando daí o pedido dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais da região, da CPT e do MST, para inclusão da área no 1º Plano Regional de Reforma Agrária (PRRA).

Em atendimento aos pedidos, em setembro de 1986 foi realizada vistoria rural no imóvel pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), que culminou com a classificação do imóvel como latifúndio por exploração, razão pela qual o órgão (INCRA) buscou junto à empresa proprietária (R. F. F. S/A), a negociação com vistas à aquisição do imóvel, objetivando a implantação do Projeto de Assentamento São Manoel.

Entretanto, como estava em andamento a compra pelo INCRA de outra fazenda da R. F. F. S/A, o processo que trata da aquisição da fazenda São Manoel ficou “parado” nesta Superintendência. Em decorrência da morosidade do processo de aquisição da Fazenda São Manoel, no dia 03 de outubro de 1989 iniciou-se a ocupação da área que hoje compreende o Projeto de Assentamento São Manoel, ocupação esta organizada pelo MST, CPT e Sindicatos dos Trabalhadores Rurais de Dois Irmãos do Buriti e de Bonito.

As reuniões de preparação para ocupação da área se deram em Dois Irmãos do Buriti, com participação do Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, da CPT e do MST. A partir daí, estabeleceu-se um contato com outros acampamentos, como de Guaicurus em Bonito e da Conceição, em Nioaque, objetivando conseguir um número maior de famílias. A CPT custeou as despesas de transporte e de alimentos por dois meses, quando então as famílias foram despejadas da área.

Em seguida ao despejo, a comissão dos acampados encaminhou uma carta ao diretor do Departamento de Terras e Colonização de Mato Grosso do Sul (TERRASUL) Aparício Rodrigues de Almeida, registrando o número de famílias que estavam acampadas na área: 57 famílias de Dois Irmãos do Buriti; 28 famílias de Bonito; 43 famílias agregadas do assentamento Guaicurus, 39 famílias

excedentes do assentamento Padroeira do Brasil e 14 do assentamento Conceição, totalizando 181 famílias acampadas na área.

Nesta mesma carta apresentaram os motivos que os levaram a ocupar a Fazenda São Manoel:

Sabemos que é uma área do Governo Federal (Rede Ferroviária), sabemos que é uma área totalmente improdutiva e que esta sendo destruída por uma grande carvoaria que tira madeira de lei para fazer carvão (aroeira, vinhático, chapadinha, etc), sabemos que a área esta sendo rapidamente devastada pelo corte e transporte de toras sem discriminação e respeito às normas exigidas de preservação e até com uso de máquinas de esteira, sabemos que é uma área de proposta de Reforma Agrária, tomamos a iniciativa, em primeiro lugar por essa situação de desespero e em segundo lugar para impedir a devastação da área. (Carta da Comissão de Acampados ao Diretor do Terrasul - 06/11/1989 apud CPT, 1993, p.122)

No entanto, a empresa proprietária do imóvel ingressou com uma medida cautelar requerendo judicialmente a reintegração de posse, alegando ser o imóvel insusceptível de desapropriação para fins de Reforma Agrária. Assim, no dia 07 de dezembro de 1989, o Juiz da Comarca de Aquidauana deferiu o pedido de posse e expediu o mandato de reintegração de posse estabelecendo ainda a “pena de hum mil cruzados novos, ao dia, em caso de nova reocupação da área”.

A desocupação da área, em 24/12/1989, ocorreu de forma pacífica, pois foi firmado um termo de acordo na presença do Secretário de Estado para Assuntos Fundiários, representantes do INCRA, MST, CPT e do Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Anastácio/MS, onde foi assegurado que uma vez concluídas as negociações com a Rede Ferroviária Federal os acampados que foram aprovados pelo cadastro do INCRA seriam assentados na área.

Neste período, houve várias negociações entre o INCRA, TERRASUL, MST, CPT, Sindicato dos Trabalhadores Rurais e a R. F. F. S/A, na tentativa de agilizar a troca da Fazenda São Manoel por outra área no Município de Ribas do Rio Pardo/MS, porém, não percebendo avanços nas

negociações, as famílias que estavam acampadas na BR-262, em Anastácio, no dia 25 de janeiro de 1990, reocuparam a Fazenda São Manoel. Mas, desta vez, decidiram que, caso houvesse despejo, não aceitariam serem dispersos e encaminhariam uma carta ao INCRA e TERRASUL, lembrando que no último despejo os trabalhadores cumpriram a parte no acordo saindo pacificamente e respeitando o prazo pedido pelas autoridades para a liberação definitiva da área.

Novamente a ocupação foi frustrada, pois a Rede Ferroviária requereu o despejo das famílias que foi efetuado no dia 17/02/1990. As famílias acampadas foram despejadas pelos jagunços e pela polícia militar de Aquidauana com a colaboração da própria Rede Ferroviária, que cedeu caminhos para o transporte das mesmas. Após o despejo, as famílias voltaram a acampar a margem da BR 262, em Anastácio, por mais seis meses.

Mesmo após o despejo os acampados continuaram pressionando através de cartas e reuniões conjuntas com o INCRA e TERRASUL para que prosseguisse o processo desapropriatório da Fazenda São Manoel. Entretanto, essa decisão por parte das autoridades responsáveis continuava sendo protelada apesar dos responsáveis se comprometerem em adquirir a Fazenda São Manoel, inclusive com prazos pré-fixados.

No dia 08 de agosto de 1990, foi realizada uma reunião onde estiveram presentes representantes do TERRASUL, INCRA, MST, CPT, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Anastácio/MS, R. F. F. S/A e o próprio Governador do Estado, Marcelo Miranda. Nesta reunião o INCRA se comprometeu em adquirir a Fazenda São Manoel e destiná-la para o assentamento das famílias acampadas em Anastácio, num prazo máximo de 40 dias. Porém, os acampados não aguardaram o prazo de 40 dias e, em 27 de setembro de 1990, reocuparam a São Manoel. Contudo, desta vez o Governo do Estado, através do TERRASUL, reconhece a luta e resistência dos sem-terra dizendo na imprensa: “não adianta despejar, porque eles vão entrar de novo”. (INCRA, 1993)

Assim, após três ocupações e dois despejos, o Projeto de Assentamento São Manoel foi oficialmente implantado em 26 de fevereiro de 1993, através da Resolução nº. 28 do Conselho de Diretores do INCRA.

Atualmente, o assentamento São Manoel, com área planimetrada de 4.327 hectares, está estruturado em 147 lotes, sendo que 24 lotes constituem uma agrovila e os outros 123 lotes restantes são individuais. Destacamos que, desde o início do projeto, o grupo do MST, formado principalmente pelas famílias excedentes do assentamento Padroeira do Brasil, queria o sorteio dos lotes por grupos coletivos, situação que gerou conflitos com o restante das famílias que desejavam lotes individuais. Apesar dos esforços a polêmica não foi resolvida e até hoje o assentamento São Manoel encontra-se organizado em dois grupos: o grupo coletivo (MST) e o grupo individual (CPT).

A EXPERIÊNCIA DO TRABALHO COLETIVO: REALIDADE E UTOPIA

No assentamento São Manoel a idéia de produzir e comercializar a produção coletivamente começou a ser planejada na fase do acampamento. Esta proposta foi gestada por um grupo inicial de 24 famílias, organizadas pelo MST, que visava aumentar a produtividade do trabalho, acumular capital e eliminar a figura do atravessador junto aos trabalhadores rurais. Situação que em última instância geraria modernização da produção no campo e desenvolvimento da agroindústria.

Assim, após a realização de um Laboratório Organizacional de Campo (LOC), em 1993, a Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Assentamento São Manoel registrou, em 10 de julho de 1994, a primeira Cooperativa de Produção Agropecuária implantada no Estado do Mato Grosso do Sul, a COPAC – Cooperativa de Produção Agropecuária Canudos Ltda.

No assentamento São Manoel foram destinados 280 hectares para a cooperativa, onde toda a terra é coletivizada e os bens de capital como trator, trilhadeira, trituradeira, motoserras, um poço semi-artesiano com caixa d'água e motor, e equipamentos de irrigação adquiridos pelas famílias, também estão incorporados ao coletivo da organização. No espaço destinado à cooperativa temos também uma agrovila onde as famílias moram. Os lotes da agrovila são de 30X40m com arruamento, secretarias para a administração, um barracão para as máquinas e o refeitório de caráter coletivo.

Na época da pesquisa a cooperativa possuía um total de nove famílias cooperadas, as outras 15 famílias “desistiram” da cooperativa e passaram a trabalhar de forma individual. Os motivos da desistência são explicados, de um lado, pela dificuldade para se enquadrar nas propostas coletivas e, por outro lado, por não concordarem com as decisões e a divisão dos lucros, ou seja, ocorrem divergências de idéias tanto culturais (que se referem principalmente ao costume do trabalho individual, onde a família é o centro do processo), como administrativas (que se referem ao descontentamento com o controle de horas, divisão das tarefas e dos lucros, isto é, com as próprias normas da cooperativa).

Estas famílias que se “desligaram” da cooperativa foram indenizadas com um lote de aproximadamente 20 hectares e uma cota do Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária (PRO-CERA), que corresponde ao capital individual do associado, conforme decisão da assembléia geral da cooperativa. Os lugares deixados pelas famílias desistentes não foram ocupados por outras famílias. Isto ocorre por duas razões: primeiro porque a cooperativa está passando por sérios problemas financeiros e os setores que estão funcionando não dão lucro suficiente para manter a subsistência das famílias cooperadas; segundo, porque os cooperados não aceitam novas adesões, a não ser que sejam filhos dos mesmos.

No entanto, apesar de todos os problemas como a desistência das famílias, falta de crédito, perda das últimas safras, problemas com os maquinários etc., não se pode negar os avanços alcançados pela população cooperada, e as melhorias instaladas no assentamento indicam que ocorreu uma melhoria na qualidade de vida não só dos cooperados como de todos os assentados do projeto, pois após a implementação da cooperativa houve várias melhorias na parte de infra-estrutura do assentamento, como: energia elétrica, posto de saúde, escola, posto telefônico, igrejas, transporte, melhoria nas estradas internas etc.

Porém os avanços na vida dos cooperados não são apenas materiais, temos também o aprendizado político que eles (cooperados) adquirem através de práticas políticas, de relações sociais e de cursos de formação organizados pelo movimento.

Dessa forma, para os cooperados, as condições de vida experimentadas no assentamento São Manoel, mesmo que apresentem dificuldades, significam avanço social, inserção produtiva e, portanto, resgate de sua condição de cidadão quando comparadas às situações vividas anteriormente à conquista da terra.

O ASSENTAMENTO SÃO MANOEL E AS TRANSFORMAÇÕES TERRITORIAIS

Antes de discorrermos sobre as transformações territoriais ocorridas no assentamento São Manoel, tentaremos resgatar o pensamento de alguns autores que discutem o território e que, no nosso entender, elucidam a problemática. Assim, quando destacarmos autores como Raffestin (1993), Souza (1995), Oliveira (1999), Santos (2000), estamos aferindo que estes autores possuem na sua matriz discursiva pontos de convergência, guardando aí o devido cuidado com relação aos diferentes desdobramentos e compromissos de suas obras. Esta convergência a qual nos referimos seria a preocupação de entender o território como condição e resultado das relações humanas.

De acordo com Raffestin (1993, p. 153): “Falar em território é fazer uma referência implícita à noção de limite que, mesmo não sendo traçado, como em geral ocorre, exprime a relação que um grupo mantém com uma porção do espaço. A ação desse grupo gera, de imediato, a delimitação”.

Portanto, neste contexto, o território passa a ser entendido como o *locus* de reprodução das relações sociais, local de possibilidades, onde os homens constroem e organizam o seu local de relações, através do trabalho, criando sua identidade.

Para Souza (1995, p. 78), o território é um “[...] espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder [...]”, as quais por sua vez, projetam no espaço relações sociais. Para esse autor, o território não pode ser entendido apenas como substrato físico, ele é acima de tudo reflexo das relações sociais, podendo com elas nascer e desaparecer.

Ainda em relação à discussão da estreita relação entre território e sociedade, vejamos o que diz Oliveira:

“O território é assim produto concreto da luta de classes travada pela sociedade no processo de produção de sua existência. [...] o território não é um prius ou um a priori, mas a contínua luta da sociedade pela socialização igualmente contínua da natureza” (1999, p. 74)

A análise de Oliveira chama a atenção para o entendimento do território a partir da luta de classes, ou seja, não é uma relação sociedade e natureza de causa e efeito, mas um entrelaçamento permeado pelo conflito, pela contradição.

Já Santos ao falar de território afirma que...

“O território em si, [...], não é um conceito. Ele só se torna conceito utilizável para a análise social quando o consideramos a partir de seu uso, a partir do momento em que o pensamos juntamente com aqueles atores que dele se utilizam” (2000, p. 22).

O que podemos abstrair destas análises? Que o território sem os homens não faz sentido, pois carece de forma e de função. É a sociedade concreta que molda o território e faz com que ele represente o estágio de vivência de cada época.

Dessa forma, o assentamento São Manoel pode ser identificado inicialmente como a territorialização da luta pela terra (FERNANDES, 1994), resultado do desenrolar de relações econômicas, políticas, sociais e culturais gestadas no período das ocupações e acampamentos. Assim, a partir das relações sociais que vão se desenvolvendo entre os assentados (relações estas que são de conflitos, no caso específico, entre grupo coletivo e grupo individual), o assentamento passa a ser uma fração conquistada e delimitada do território e os assentados seus gestores.

No caso do assentamento São Manoel, o território aparece delimitado segundo os interesses das famílias que o disputam: de um lado a forma individual, organizada pela CPT, do outro lado a forma coletiva, organizada pelo MST. Todavia, nesta disputa, o MST tem sido o movimento que tem demonstrado preocupação com a fragilidade do assentado no processo de produção e tem direcionado suas ações no intuito de viabilizar a produção e comercialização por meio da implantação de coo-

perativas nos campos sul-mato-grossenses. Conseqüentemente, ocorre uma maior solidariedade por meio das práticas coletivas entre os assentados, e estas práticas coletivas têm significado maior criatividade em termos econômicos, políticos e sociais não só no assentamento São Manoel, mas também em outros assentamentos onde a prática coletiva tem sido desenvolvida pelo MST.

Assim, a pesquisa aponta diferenças substanciais entre o grupo coletivo e as famílias individuais. O grupo coletivo representa uma organização territorial que permite uma proximidade das famílias, uma troca de experiência superior tanto no sentido da solidariedade como de ações políticas reivindicatórias.

Por outro lado, os assentados individuais vivem isolados, distantes um dos outros, cada um em sua casa, no seu “cantinho”. Eles organizam o seu território de acordo com o sonho de ter um pedaço de chão para plantar e criar animais (galinhas, vacas e porcos). O que de certa forma os expõe muito mais ao ciclo de exploração e apropriação do capital. O que já não acontece com o grupo coletivo, que construiu um estilo de vida diferente dos demais assentados, onde a organização e comercialização coletiva são vistas como possibilidades de gerar maior riqueza, sendo que mesmo impossibilitados no momento de atingir este princípio econômico em virtude da crise financeira da cooperativa, destaca-se no grupo coletivo maior poder de resistência na terra alicerçado na unidade territorial das famílias.

É, portanto, perseguindo esses ideais que o grupo coletivo funda a COOPAC – Cooperativa de Produção Canudos Ltda. A área destinada à cooperativa obedece a uma lógica territorial dentro do assentamento, logo que foi implantada num local próximo à entrada do assentamento, ou seja, mais perto da cidade, com estradas em “bom” estado, o que facilita a comercialização e distribuição dos seus produtos, de vital importância para eles. A COOPAC passa a ser o local de referência dos assentados, o lugar onde se desenvolvem todas as atividades do grupo coletivo, desde a produção, a comercialização e até a vida familiar, tudo tendo como referência a organização coletiva.

Os trabalhadores cooperados, além das casas construídas em alvenaria, possuem também

secretarias para a administração, um barracão para as máquinas e o refeitório de caráter coletivo, tudo isso construído ao redor da agrovila. No assentamento, a agrovila representa o espaço onde ocorrem as relações sociais, pois o espaço da agrovila (construção de casas ao longo de uma rua) permite que os assentados se reúnam; realizem “festas”; façam os cursos de formação e capacitação etc; ou seja, a agrovila passa a ser um espaço onde a comunidade participa, formando um espaço de socialização política. (FERNANDES, 1994)

A urbanização, que representa a construção das moradias mais próximas, permite quebrar o isolamento social das famílias, criar laços de maior integração social, comunitária e permite o desenvolvimento de inúmeras atividades comunitárias e culturais, de forma permanente. O que não se promove em casas isoladas distantes, pelo contrário, até impede. (D'AQUINO, 1996, p. 10)

Dessa forma, as relações sociais que se desenvolvem no coletivo dão a este grupo um caráter de território: o território coletivo. Conseqüentemente, desaparecendo essas relações sociais materializadas no coletivo, desaparece também essa forma de território, pois a partir do momento em que as relações de poder em torno de utopias são rompidas, não há mais um território definido e os laços com o mesmo são quebrados.

Assim, verificamos que as mudanças territoriais ocorridas no assentamento funcionam como marcas que denunciam a metamorfose sofrida pela antiga Fazenda São Manoel, antes classificada como latifúndio por exploração. Atualmente é um novo território com uma área produtiva diversificada com cultivos comerciais e de subsistência, responsáveis por essa (re)organização territorial. As marcas também revelam o conflito das formas de organização e, portanto, das diferentes utopias: coletivo *versus* individual.

Onde antes só existia a “paisagem”, hoje se encontra um território a serviço daqueles que o utilizam, pois as mudanças são visíveis: casas, cooperativa, cercados para hortas e galinhas, escola, posto de saúde, igrejas, posto telefônico, estradas, transporte, enfim, a vida desenvolvendo-se em toda sua plenitude.

À GUIA DE CONCLUSÃO

Em nossa pesquisa tivemos como centro de análise a discussão sobre a cooperação agrícola como forma de organizar e comercializar a produção. Entrementes, nosso ponto de partida foi a compreensão de que existe por parte da Nacional do MST uma preocupação que extrapola o aspecto econômico inerente à questão. Assim, há um esforço do movimento em fomentar espaços de conscientização política para os trabalhadores, através de cursos de capacitação e formação. Desse modo, a direção do movimento destaca as formas cooperativas de organização e comercialização da produção como aquelas que possibilitariam tanto o desenvolvimento do aspecto econômico como do aspecto político, idealizados nos princípios do movimento.

Assim, tomando como referência os objetivos centrais de nossa pesquisa, qual seja analisar e discutir os desafios e perspectivas da forma coletiva de organização e comercialização da produção e as transformações territoriais ocorridas no Assentamento São Manoel, em Anastácio/MS, podemos adiantar que, devido aos inúmeros entraves impostos por um entorno adverso a essa forma alternativa de produzir, estamos convencidos da impossibilidade de uma avaliação que tenha como pressuposto a dualidade sucesso/insucesso; ou bom/ruim. Na verdade, nossa proposta procura analisar as potencialidades, a ousadia, a criatividade e o novo, que por ser novo impede comparações.

O grupo coletivo no assentamento São Manoel foi construído por pessoas que já tinham alguma experiência com a terra. Todas as 24 famílias vieram para o assentamento com a idéia de que formar o coletivo seria a melhor maneira de organizar e comercializar a produção. Entretanto, após sete anos de cooperação, cerca de 62% das famílias desistiram do coletivo. Essas desistências ocorreram porque o projeto de cooperativa que eles idealizaram não se materializou, principalmente no aspecto econômico, onde os lucros obtidos foram poucos e demorados.

No Mato Grosso do Sul, as chamadas “formas superiores de produção” (o cooperativismo) propostas pelo MST não têm conseguido florescer. Isto ocorre por vários fatores: primeiro porque o

Mato Grosso do Sul é um estado latifundiário, onde o poder está nas mãos dos grandes proprietários de terras, e estes resistem a toda tentativa de questionamento do modelo de agricultura. Segundo, pela pluralidade de mediadores da luta pela terra no Mato Grosso do Sul, ou seja, o MST não é o único movimento social que luta pela implantação de assentamentos, temos também movimentos ligados a CUT, a FETAGRI e a CPT, sendo que isto tem dificultado a articulação do Movimento no estado. Conseqüentemente, as propostas de mudanças no modelo de agricultura têm ficado em segundo plano perante a disputa entre os mediadores.

Outro fator de grande importância que não deve ser minimizado é o legado cultural dos assentados. No estado, a base do movimento (assentados) é formada, na sua maioria, por camponeses, com ideais camponeses, onde o sonho da terra para si, as decisões individuais, atitudes do “crer pra ver” etc. estão fortemente arraigadas, o que dificulta a formação política/ideológica proposta pelo MST e, conseqüentemente, a implantação e o sucesso das formas coletivas de produzir.

No momento, as dificuldades de operar numa economia capitalista têm aumentado e infringido desafios para as nove famílias que restaram, logo que se avolumaram as restrições para a obtenção de créditos financeiros, somando-se a isso a perda econômica representada pelas últimas safras e os problemas para a manutenção dos maquinários, situação que em última instância tem apontado para uma possível insolvência da Cooperativa, só freada pelo esforço e utopia desta *brava gente*.

Apesar de atestarmos as dificuldades enfrentadas pelo grupo coletivo do assentamento São Manoel, gostaríamos de explicitar nosso pressuposto em acreditar que o grupo coletivo, mesmo com todos os problemas arrolados, tem obtido avanços que se traduzem numa melhor qualidade de vida para a população cooperada. Estes avanços são percebidos também no aspecto político, pois os cooperados da São Manoel têm um aprendizado político que adquiriram através das práticas cooperativas, das relações sociais e dos cursos de formação e capacitação organizados pelo movimento, muitas vezes no espaço da própria cooperativa. Podemos, ainda, destacar aquilo que a história já provou, ou seja, só é possível haver

mudanças onde existe um território conquistado e um espaço de luta e resistência construído.

Dessa forma, a cooperativa tem demonstrado mais eficiência política do que econômica, pois o retorno econômico não se explicita com a mesma rapidez. Assim, o aspecto político se fortalece com as discussões no grupo sobre a produção, cultura, política e lazer. Os assentados liberados pela cooperativa têm papel decisivo neste processo de resistência, são eles que continuam a militar no movimento e se tornam importantes lideranças nas mobilizações e na conquista de novos assentamentos, mantendo a ligação e impedindo o isolamento do grupo assentado, no caso da São Manoel, com a luta mais ampla.

Enfim, no Mato Grosso do Sul, mais especificamente no Assentamento São Manoel, aqueles que desenvolvem as “formas superiores” de produção propostas pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Terra vivenciam o conflito em duas dimensões: a da realidade e a da utopia. A primeira materializa-se no desafio de enfrentar o mercado capitalista e tornar viável o grupo coletivo por meio da cooperativa (COOPAC); a segunda, na construção de uma sociedade que saiba sonhar e que aprenda a dar espaço para a experiência e para o novo.

Terminamos a pesquisa com uma única certeza: a de que o movimento que domina a história é o único capaz de evidenciar os caminhos possíveis para a viabilidade dos assentamentos e que esses caminhos precisam ser experimentados. Assim, ninguém pode dizer ao outro *a priori* o que está certo ou errado, o que podemos é fazer para que o provável pode vir-a-ser possível.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, R. A. et al. Mato Grosso do Sul: Assentamentos/1999. Mato Grosso do Sul: Graf Laser/Mapa Color, 1999. 50 x 70 cm. Escala: 1: 200.000.
- BATISTA, L. C. Processo de Organização do Espaço Agrário do Mato Grosso do Sul. Cadernos de Formação, Campo Grande, ano 1, n. 6, 35-45, 1995.
- CPT. História – Comissão Pastoral da Terra/Mato Grosso do Sul (1978 – 1992). Campo Grande/MS, 1993.

- D'AQUINO, T. A Casa, os Sítios e as Agrovilas: Uma Poética do Tempo e do Espaço nos Assentamentos de Trabalhadores rurais das Terras de Promissão/SP. Trabalho não publicado. FERNANDES, B. M. Espacialização e Territorialização da Luta pela Terra: a formação do MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no Estado de São Paulo, 1994. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, São Paulo.
- IBGE. Censo Demográfico do Mato Grosso do Sul – 2000. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.
- INCRA. Superintendência do Incra no Mato Grosso do Sul. Histórico do Assentamento São Manoel. 1993.
- OLIVEIRA, A. U. A Geografia agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro. In: CARLOS, A. F. A. (org.). *Novos Caminhos da Geografia*. São Paulo: Contexto, 1999. p. 63-110.
- RAFFESTIN, C. *Por uma Geografia do Poder*. São Paulo: Ática, 1993.
- SANTOS, M. *Território e Sociedade: Entrevista com Milton Santos*. São Paulo: Fundação Perseu Abrão, 2000.
- SOUZA, M. J. L. O Território: Sobre Espaço e Poder, Autonomia e Desenvolvimento. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C.; CORREA, R. L. (orgs). *Geografia: Conceitos e Temas*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1995. p. 77 – 116.